

Saúde, a vergonha nacional

JORGE DARZE*

Todos os dias morrem no mínimo 1,6 mil mulheres em todo o mundo, em consequência de complicações do parto ou da gravidez, o que representa anualmente 585 mil mortes. O fato de a OMS ter dedicado o Dia Mundial da Saúde deste ano ao tema Maternidade Saudável é prova de que a realidade envolvendo o assunto alcançou graves proporções.

Quase 90% das mortes ocorrem na Ásia e em parte da África; enquanto aproximadamente 10% atingem os países em desenvolvimento e menos de 1% alcançam o chamado mundo desenvolvido. Os números alarmantes mostram que a mortalidade materna é a que apresenta o maior contraste entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, ficando evidente a correlação entre morte materna e pobreza. As causas mais importantes são a hemorragia, a hipertensão da gravidez, a infecção e o aborto praticado em más condições. Nos países da América Latina e do Caribe, em cada cinco gestações, uma tem complicações.

É estarrecedora a constatação de que a cada minuto no mundo morre uma mulher em consequência de complicações na gravidez, enquanto outras 100 sofrem complicações associadas à gravidez; 300 engravidam sem haver desejado ou planejado sua gravidez e 200 se contaminam com alguma doença de transmissão sexual.

O Brasil ocupa um triste lugar na América Latina, com 220 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos. Apesar da classificação de 8ª economia internacional, no tocante à mortalidade materna estamos atrás de países como Chile, Uruguai, Cuba, Argentina, Colômbia, Venezuela, Equador e Paraguai. O trágico é que 90% dessas mortes poderiam ser evitadas através de eficientes programas de assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério.

As nossas gestantes não conseguem

o atendimento regular de pré-natal nos postos de saúde e os leitos nas maternidades públicas são cada vez mais escassos, obrigando-as a peregrinar por várias instituições até conseguir uma internação, que às vezes ocorre tardiamente. O fato também atinge essas mulheres no período pós-parto. No tocante às crianças, chegamos a uma média nacional de 57 mortes por cada mil bebês nascidos vivos até um ano de idade, prevalecendo os obituários nas regiões mais pobres do país. É preciso ressaltar que o peso maior das mortes está no grupo neonatal; isto é, de crianças com até 27 dias de vida.

Entre nós, o tema já foi diversas vezes debatido, tendo motivado, inclusive, a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito nas Casas Legislativas, o que acabou gerando (no papel) um bom projeto de assistência materno-infantil. A realidade, porém, é triste e assustadora. A imprensa divulga diariamente as consequências da falta de uma política séria, que garanta as condições necessárias para promover uma assistência eficiente e de qualidade ao setor. Os orçamentos para o Ministério da Saúde estão longe de representar as reais necessidades que a área exige. Enquanto isso, os indicadores sociais revelam o empobrecimento crescente da população, que adoce cada vez mais em função da falta de políticas públicas que garantam o direito à saúde.

A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que foi criada como solução milagrosa para resolver o caos do setor, não passou de um blefe. Seus recursos foram desviados para o pagamento do rombo do Ministério da Saúde ou substituíram receitas que já faziam parte do setor. O Congresso Nacional, no lugar de definir de uma vez por todas uma proposta de financiamento permanente para a Saúde, prorroga este imposto para 1998 e o novo ministro já defende a sua cobrança perma-

nente. O povo, como sempre, continua pagando pela incompetência política e administrativa.

A epidemia da dengue, contaminando diariamente centenas de brasileiros, é um exemplo vivo do descaso e da insensibilidade da área econômica do governo que, apesar de anunciada a doença há vários meses, promoveu cortes nos programas de combate ao mosquito. O governo fez uma economia burra, estimulando a doença ao invés de preveni-la.

Outro flagelo é a tuberculose, que recrudescer em todo o mundo, com destaque para o Brasil. A pobreza, o crescimento da Aids e os postos de saúde ineficientes têm contribuído para os níveis alarmantes da doença. Somente em 1997 foram registrados 90 mil novos casos de tuberculose em nosso país. A OMS estima que tenham morrido nos últimos 15 anos cerca de 40 milhões de pessoas vítimas da tuberculose e que até o final desta década cerca de 88 milhões desenvolverão a doença. A tuberculose consegue matar mais mulheres do que todas as causas de mortalidade materna juntas, ainda segundo a OMS.

Essa triste realidade brasileira revela que saúde, como direito de todos, ainda está muito longe de ser conseguida. Temos certeza de que este quadro crítico é de exclusiva responsabilidade das nossas autoridades, que abdicaram de governar para o povo. Como se tudo isso não bastasse, o governo preferiu entregar o Ministério da Saúde a um economista, em vez de deixar a pasta a cargo de um profissional do setor. Desta forma, tiraram de vez a máscara da desfaçatez, já que há muito tempo a área econômica vem dirigindo os programas de saúde pública no Brasil.

Esperamos que em 1999 possamos ter o que comemorar, pois, no momento, só temos motivos para chorar as mortes de nossa mulheres e crianças.

*Médico, diretor da Federação Nacional dos Médicos